



EDITAL ABERTURA

PROCESSO Nº. 54/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2019

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global

SETOR: Secretaria Municipal de Assistência Social

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada Global

1. PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 45.131.885/0001-04, com sede administrativa na Rua Cinco, nº 2266, Centro, em Jales-SP, por sua **DIVISÃO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E MATERIAIS**, Setor de Licitações e Contratos, da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 20, inciso I e IV, da Lei Municipal nº. 3.498, de 09 de dezembro de 2.008, torna público para conhecimento de todos os interessados a realização de certame, na **MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, “TIPO MENOR PREÇO GLOBAL”, EXCLUSIVA A EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME e ou EPP**, visando

a Contratação de empresa especializada para execução de Obras de recuperação da cobertura dos beirais e troca de cumeeiras na sede do CREAS, localizado à Avenida Guilherme Soncini nº 1361 – Jardim Tangará, em regime de empreitada global, com aplicação de materiais, equipamentos e mão de obra, com o objetivo de escolher a proposta mais vantajosa para a contratação especificada no Item 2 – “DO OBJETO”, adiante descrito;

1.2. O procedimento licitatório e o contrato que dele resultar obedecerão integralmente às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como o disposto na Lei Complementar nº. 123/06 - alterada pela Lei Complementar nº. 147/14;

1.3. A Comissão Permanente Julgadora de Licitações, designada pela Portaria nº. 222/2.019, receberá a documentação e as propostas dos interessados até às **13h45min do dia 06 de AGOSTO de 2.019**, as quais deverão ser entregues no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jales, situada no endereço acima declinado;

1.4. A Prefeitura do Município de Jales não se responsabiliza por documentos enviados pelo Correio e não entregues em tempo hábil no Setor de Licitações, Compras e Materiais;

1.5. A falta de qualquer dos documentos solicitados neste Edital ou a apresentação de qualquer deles contendo emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas e interpretações ou modificações de qualquer item deste Edital e seus Anexos, implicará na inabilitação da proponente ou desclassificação da proposta;

1.6. O inteiro teor deste Edital e de seus Anexos encontra-se à disposição dos interessados na Divisão de Licitações, Compras e Materiais da Prefeitura do Município de Jales, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, ou, no site do município: www.jales.sp.gov.br;

1.7. O envelope 01 – “DOCUMENTAÇÃO” será aberto em primeiro lugar, a partir das **14h00min do dia 06 de AGOSTO de 2.019**, na sala de licitações da Divisão de Licitações, Compras e Materiais no prédio do Paço Municipal.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada para execução de Obras de recuperação da cobertura dos beirais e troca de cumeeiras na sede do CREAS, localizado à Avenida Guilherme Soncini nº 1361 – Jardim Tangará, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições constantes do presente Edital e seus Anexos;

2.2. As quantidades são as previstas no orçamento elaborado pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, conforme anexos ao final estipulado.



3. DO LOCAL E DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação será executado na sede do CREAS, localizado na Avenida Guilherme Soncini, nº 1361– Jardim Tangará, conforme especificado no Projeto em anexo, **CUJA EXECUÇÃO É PREVISTA PARA 90 (NOVENTA) DIAS**, contados a partir da expedição/recebimento da Ordem de Serviços;

3.2. A(s) prorrogação(ões), caso sejam necessárias, somente serão aceitas, caso encontrem amparadas pelo disposto no Artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto da presente licitação são oriundos de recursos próprios previstos no Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas com a execução do contrato a ser firmado em decorrência desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2.019, consignada sob a classificação:

UNIDADE	FONTE RECURSO	CÓDIGO APLICAÇÃO	FICHA	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.	01	500.000	313	3.3.90.39.00
Secretaria Municipal de Assistência Social – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.	02	500.101	374	3.3.90.39.00

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação somente empresas que se enquadrem como ME e ou EPP, conforme disposto no Inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº. 123/06, desde que previamente inscritos no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município de Jales, ou que venham solicitá-lo até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (Art.22 - § 2º - Lei Federal nº 8.666/93), apresentando os documentos de que tratam os artigos 27 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, encadernados em uma única pasta, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial;

6.2. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes deste Edital;

6.3. O Objeto da Licitação será contratado com o licitante classificado em primeiro lugar. Não sendo celebrado com este, poderá a Prefeitura Municipal nos termos do parágrafo 2º do artigo 64 da Lei 8.666/93, convocar os demais licitantes, obedecendo à ordem de classificação, ou revogar a licitação;

6.4. Não poderão participar da licitação, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

6.4.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

6.4.2. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

6.4.3. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;

6.4.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;

6.4.5. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

6.4.6. Não cadastradas que não preencham as condições de cadastramento prevista no subitem 6.1;

6.4.7. Enquadrem em qualquer das vedações impostas pelo Artigo 9, da Lei Federal nº. 8.666/93;

6.4.8. Que não se enquadrem no Inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº. 123/06.



6.5. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação, representando mais de 01 (um) licitante.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1. A licitante deverá apresentar no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jales, até o dia e horários indicados no item 1.3 deste Edital, 02 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo o primeiro os documentos essenciais à **“HABILITAÇÃO”** e o segundo a **“PROPOSTA”** comercial, grafados na face externa com os seguintes dizeres:

Envelope – 01
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
PROCESSO Nº. 54/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2019
“DOCUMENTAÇÃO”

Envelope – 02
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
PROCESSO Nº. 54/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2019
“PROPOSTA”

7.2. Todos os documentos e propostas deverão vir assinados e rubricados pelo representante legal da empresa proponente e numerados sequencialmente;

7.3. Encerrado o prazo para o recebimento dos envelopes, nenhum outro, em qualquer hipótese, será aceito.

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

8.1. O envelope **01 - “DOCUMENTAÇÃO”** deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação automática da proponente, 01 (uma) via ou fotocópia autenticada de cada documento a seguir relacionado:

8.1.1. Cópia do Certificado de Registro Cadastral de que é possuidor, expedido pela Prefeitura do Município de Jales, juntamente com cópia do Contrato Social ou Requerimento de Empresário, de que é possuidor;

8.1.2. Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

8.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal com prazo de validade em vigor;

OBS1: A prova de regularidade com a Fazenda Federal deverá estar acompanhada da Certidão Quanto a Dívida Ativa da União, bem como com a Prova de Regularidade com o INSS;

8.1.4. Prova de regularidade para com o FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em plena validade;

8.1.5. Prova de regularidade de Débitos Trabalhistas, conforme disposto na Lei Federal nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, em plena validade;

8.1.6. Certidão da Junta Comercial comprovando Enquadramento – ME ou EPP ou Equiparadas, registrada na Junta Comercial na forma do Art. 8º da IN 103/2007 do DNRC.

8.1.7. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação da proposta. Caso a Licitante esteja em recuperação judicial deverá



apresentar o plano nos Termos da Súmula 50¹ do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo.

8.1.8. Carta de autorização ou procuração onde constem, além dos dados qualificativos, com RG e CPF do Representante da proponente, mais os poderes específicos para:

- a) Manifestar-se em seu nome;
- b) Desistir da interposição de eventuais recursos;
- c) Assinar contrato de fornecimento de material ou obras e serviços, se for o caso, a ser lavrado com a vencedora.

8.1.9. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar com órgãos da Administração Pública;

8.1.10. Declaração de aceitação de todas as exigências e condições constantes deste Edital, bem como das disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações posteriores, e demais disposições legais pertinentes, que passam a fazer parte integrante deste como se nele estivessem transcritas;

8.1.11. Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto na Lei Federal nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999;

8.1.12. Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

8.1.13. Declaração de inexistência de fato impeditivo superveniente a habilitação;

8.1.14. Cópia do comprovante da Visita Técnica fornecida pela Prefeitura, conforme item 9 deste Edital;

8.1.15. Certidão de **Registro da Empresa** e do **Profissional Técnico** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e, no caso da empresa vier a ser adjudicada, se de outro Estado, deverá validar a Certidão com o visto do CREA/SP;

8.1.16. Comprovação de capacidade técnica operacional para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, por meio da apresentação de atestado(s), devidamente registrados na entidade profissional competente, em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a execução de obra(s) com a complexidade, área e serviços compatíveis ao objeto licitado respeitado os percentuais razoáveis estabelecidos pela Súmula nº 24² do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo necessária, a demonstração de no mínimo 68,6 metros de calha, rufo, afins em chapa galvanizada.

8.1.16.1. Será admitida a comprovação da capacidade técnica operacional através de atestado(s) parcial(is) ou total(is) de obras similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, nos termos do artigo 30, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93;

8.1.17. Comprovação de capacidade técnica profissional por meio de prova de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade

¹ **SÚMULA Nº. 50 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.** Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

² **SÚMULA Nº. 24 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.** Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº. 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidade razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.



competente, detentor de atestados de responsabilidade técnica comprovando cobertura ou telhamento.

8.1.17.1. A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, conforme a Súmula nº. 25³ do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

OBS: a) As certidões emitidas pela *Internet* não necessitam estar autenticadas, porém estarão sujeitas à verificação de sua autenticidade através de consulta aos *sites* respectivos.

9. VISITA TÉCNICA

9.1. As empresas interessadas poderão realizar **VISITA TECNICA (EM CARÁTER FACULTATIVO) até o dia 05 de AGOSTO de 2019 até as 16h00min**, mediante agendamento prévio junto a Secretaria Municipal de Fazenda, através telefone (17) 3622-3000 ramal 3014, ou na sede da Prefeitura do Município de Jales com a finalidade de conhecer o local e as condições em que deverá ser executado os serviços, visando propiciar esclarecimentos necessários para elaboração da proposta. A empresa deverá credenciar o profissional com conhecimentos técnicos suficientes em relação ao objeto desta licitação para orientá-la na elaboração da proposta, conforme modelo de “**CARTA DE CREDENCIAMENTO**”, **Anexo II**. O Município de Jales, através de seu representante, assinará o mesmo em duas vias, sendo uma para empresa para que possa apresentar **junto com o envelope de habilitação**. Esta visita de caráter complementar, não impede os interessados desde o ato de aquisição do Edital de vistoriarem os locais dos serviços, bem como de solicitar todos os esclarecimentos que acharem necessários a Comissão Permanente de Licitações ou Secretaria Municipal de Fazenda, tantas vezes que julgar conveniente e necessário para correta formulação de sua proposta. As empresas que não realizarem a visitação e, portanto, não obtiverem o atestado, **não ficarão impossibilitadas de participar desta Tomada de Preços, porém não poderão, posteriormente, alegar desconhecimento de particularidades do local e dos serviços a serem executados;**

10. DA PROPOSTA

10.1. O envelope **nº. 02 – “PROPOSTA”** deverá conter a proposta comercial, formulada em papel próprio da empresa, podendo ser datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) via única, em um só lado do papel, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e ser assinada pela proponente em sua última folha e rubricada nas demais, sob pena de ser liminarmente rejeitada, além de conter ainda:

10.1.1. Planilha Orçamentária constando o preço unitário e global de cada um dos itens discriminados no orçamento fornecido pela Prefeitura do Município de Jales;

10.1.2. Cronograma Físico-Financeiro (Desembolso) apresentado conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação;

10.1.3. Condições de pagamento: O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até 10 (dez) dias pela Secretaria Municipal de Fazenda, após efetuadas as medições pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, obedecendo ao estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, e apresentação de Nota Fiscal sem erros para empenho junto à Secretaria Municipal de Fazenda;

10.1.4. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir da data da abertura do envelope Proposta;

10.1.5. Apresentar: Banco, Agência e Conta bancária em nome da empresa;

³ SÚMULA Nº. 25 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



10.2. Os preços unitários de materiais e serviços utilizados não devem ser superiores à mediana daqueles constantes da Planilha CPOS mantida pelo Governo do Estado de São Paulo, exceto em condições especiais, devidamente justificadas, exclusivamente para itens não disponíveis na tabela do CPOS poderão ser praticados preços especiais, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle internos e externos;

10.3. Os proponentes não poderão, em hipótese alguma, sugerir posteriormente modificação nos prazos ou condições de sua proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ ou informações sobre o objeto licitado;

10.4. A apresentação da proposta pelo proponente implica, ainda, no pleno conhecimento das condições estabelecidas no presente Edital e das normas estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, prevalecendo, em caso de divergência, o que neles estiver disposto, bem como na Lei Complementar nº. 123/06 alterada pela Lei complementar nº. 147/14, quando necessário à sua aplicação.

11. DO PROCEDIMENTO PARA ABERTURA DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

11.1. No dia, local e horário estabelecidos, na presença dos membros da Comissão Permanente de Licitações, serão abertos primeiro os envelopes referentes à documentação, onde após apreciação dos mesmos, as empresas que não atenderem à solicitação de documentos pedidos por este Edital, serão inabilitadas e terão seus envelopes “PROPOSTA” devolvidos intactos, caso estejam representadas na sessão pública, ou arquivados na Divisão de Licitações, Compras e Materiais, se não estiverem representadas. Havendo desistência expressa da interposição de recursos, a Comissão dará prosseguimento ao certame com a abertura dos envelopes “PROPOSTA” das licitantes habilitadas;

11.2. Não ocorrendo à desistência do prazo de recurso sobre as habilitações ou inabilitações, ou não estando todos os licitantes representados a sessão, a Comissão marcará nova data, hora e local, para a abertura dos envelopes 02 – “PROPOSTA”;

11.3. Se houver necessidade, os membros da Comissão Permanente de Licitações poderão suspender o julgamento, a fim de realizar diligências destinadas a uma melhor instrução do processo licitatório;

11.4. Da decisão de habilitação ou inabilitação da documentação, caberá recurso com efeito suspensivo, dirigido à autoridade superior competente neste caso o senhor Prefeito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da lavratura da ata ou da intimação do ato, respectivamente, caso seja proferida na presença dos proponentes ou posteriormente;

11.5. Os recursos eventualmente interpostos deverão obedecer às normas constantes do artigo 109 e parágrafos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993.

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. No julgamento das propostas, que poderá não ser realizado na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, será declarada vencedora a empresa que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL;

12.2. Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, não sanado pelo disposto na Lei Complementar nº. 123/06 alterada pela Lei Complementar nº. 147/14, e, após obedecido o disposto no inciso II, parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Federal nº. 8.666/93, serão convocadas as licitantes empatadas, através de publicação na imprensa Oficial do Município e do Estado, para que seja realizado sorteio em sessão pública, em dia e hora previamente fixados, nos termos do parágrafo 2º do artigo 45 da Lei Federal nº. 8.666/93;

12.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências constantes do presente Edital, seus Anexos e em especial as que:

12.3.1. Omitirem ou contrariarem qualquer dado constante do **Anexo III – Planilha Orçamentária**; e **Anexo IV - Cronograma Físico-Financeiro**;



- 12.3.2. Basearem seus preços nos dos outros proponentes ou oferecerem reduções sobre as propostas mais vantajosas;
- 12.3.3. Contiverem ressalvas em relação às condições dispostas neste Edital;
- 12.3.4. Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos de forma a dificultar o julgamento;
- 12.3.5. Apresentarem preço superior ao estimado no **Anexo III – Planilha Orçamentária**, fornecido por esta municipalidade;
- 12.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de abertura dos envelopes;
- 12.5. Da decisão de classificação ou desclassificação da proposta, caberá recurso com efeito suspensivo, dirigido à autoridade superior competente neste caso o senhor Prefeito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da lavratura da ata ou da intimação do ato, respectivamente, caso seja proferida na presença dos proponentes ou posteriormente;
- 12.6. Os recursos eventualmente interpostos deverão obedecer às normas constantes do artigo 109 e § da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993;
- 12.7. A homologação e adjudicação serão feitas por **MENOR PREÇO GLOBAL**;
- 12.8. A Comissão de Licitações apresentará relatório objetivo e conclusivo ao Senhor Prefeito Municipal, autoridade superior, em ata circunstanciada de julgamento, indicando o vencedor do objeto licitado para efeito de homologação, adjudicação e contratação.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1. Encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado ao senhor Prefeito Municipal para homologação e adjudicação da licitação ao vencedor, se for o caso, com a consequente autorização de contratação do adjudicatário;

13.2. Havendo constatação de irregularidade sanável de julgamento, o senhor Prefeito Municipal ordenará a retificação da classificação no todo em parte, ou, caso seja insanável, anulará, conforme o caso, o julgamento ou todo o procedimento licitatório, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

13.3. O (s) **VENCEDOR** (es) terá (ão) o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da homologação, para assinar o contrato, quando deverá comparecer à Prefeitura do Município de Jales. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **PROPONENTE VENCEDOR** durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura.

13.4. A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no Item 18 e seguintes deste Edital, podendo a **CONTRATANTE** convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração do Contrato.

13.5. Fica assegurado ao Município de Jales o direito de, a qualquer tempo, antes da contratação, revogar o presente procedimento licitatório por interesse público, devidamente justificado, ou anulá-lo em caso de ilegalidade, sem que caiba aos licitantes qualquer direito de indenização.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Os proponentes poderão solicitar à Prefeitura do Município de Jales, através da Divisão de Licitações, Compras e Materiais – Setor de Licitações e Contratos, pelo telefone 17 3622 - 3000, ramais 3005 ou 3016, os esclarecimentos complementares por escrito até 02 (dois) dias úteis que anteceder a sessão pública de abertura desta Licitação;



14.2. Somente terão valor as informações, correções e alterações que forem fornecidas por escrito;

14.3. Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos por parte dos proponentes no prazo estipulado, caracterizar-se-á a preclusão administrativa, presumindo-se a inexistência de quaisquer dúvidas quanto às exigências contidas nesta Tomada de Preços.

15. DO DIREITO DE RECURSO

15.1. É assegurado a todos os participantes deste certame licitatório o direito de interpor recurso contra os seguintes atos:

15.1.1. Habilitação ou inabilitação;

15.1.2. Julgamento das propostas; e

15.1.3. Revogação ou anulação da licitação.

16. DOS PRAZOS

16.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento;

16.2. Só se iniciam e vencem os prazos mencionados no item anterior em dias de expediente desta Prefeitura Municipal;

16.3. A Ordem de Início de Serviço poderá ser parcelada, de maneira que atendam da melhor forma aos interesses da Municipalidade;

16.4. Poderá haver interrupção da Ordem de Início de Serviço expedida, por conveniência da Administração Municipal, para melhor atendimento dos seus interesses;

16.5. A execução da obra em questão deverá ser iniciada **em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato**, e concluída no prazo especificado no item 3.1 deste Edital.

17. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

17.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias da ciência da homologação e adjudicação mediante publicação na Imprensa Oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, à multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

17.2. O atraso injustificado dos prazos de início ou de conclusão da obra, segundo o prazo definido no item 3.1 deste Edital e cronograma financeiro, sujeitará o contratado à multa de mora calculada na proporção de 1% (um por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso, até o período máximo de 30 (trinta) dias corridos e, após esgotado esse prazo, à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

17.3. Tudo o que for executado incorretamente e, portanto, não aceito, deverá ser reexecutado, na especificação correta, em prazo não superior a 07 (sete) dias corridos, correndo à conta da contratada todas as despesas com materiais, mão-de-obra e outras despesas decorrentes;

17.3.1. A não ocorrência de reexecução dos serviços no prazo acima, ensejará a aplicação de multa diária definida no item 17.2 deste Edital;

17.4. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de execução ou prestação de serviço anterior ou futuro, ou ainda da quantia caucionada para garantia da execução contratual;

17.4.1. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, sendo que, em caso contrário, o valor será cobrado judicialmente.

18. DO PAGAMENTO



18.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até 10 (dez) dias pela Secretaria Municipal de Fazenda, após efetuadas as medições pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, obedecendo ao estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, e apresentação de Nota Fiscal sem erros para empenho junto à Secretaria Municipal de Fazenda.

18.2. A Secretaria Municipal de Fazenda, no ato do pagamento, efetuará o desconto do valor da retenção do ISS (equivalente a 3 (três) por cento do valor da NF), o qual deverá estar destacado na Nota Fiscal;

18.3. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária;

18.4. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário e ou transferência on-line à empresa vencedora, através da Tesouraria Municipal.

18.5. Os preços são fixos e irredutíveis e somente poderão ser revisados se, excepcionalmente e comprovadamente, ocorrer à quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo a empresa contratada apresentar os demonstrativos e documentos comprobatórios.

18.6. A critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento será a de correção monetária;

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes;

19.2. O Edital e os seus Anexos, estarão disponíveis no site www.jales.sp.gov.br/licitacoes;

19.3. As obrigações decorrentes desta licitação constarão de termo de contrato (minuta anexa) a ser assinado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da publicação da adjudicação do objeto a ocorrer na Imprensa Oficial do Estado, ato para qual o futuro contratado fica desde já notificado;

19.4. A empresa vencedora deste certame terá para cumprimento do objeto da licitação, em linhas gerais, a obrigação de fornecer todo o pessoal e equipamentos necessários à execução da obra, além dos materiais, sendo certo que será de sua exclusiva responsabilidade todos os custos com salários, obrigações sociais, eventuais ônus fiscais, além de outros;

19.5. A empresa vencedora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início das obras, apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), sendo que esse documento deverá ser entregue na sala da Divisão de Licitações, Compras e Materiais desta Prefeitura. A recusa ou falta de apresentação da ART no prazo estabelecido, acarretará a rescisão unilateral do termo de contrato e a aplicação de multa pecuniária arbitrada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

19.5.1. A ART deverá ser recolhida sobre o valor global das obras e serviços contratados;

19.6. Os serviços e obras imprevistos somente serão autorizados mediante a prévia apresentação da composição de preços constantes da tabela de composição para orçamentos.

19.7. A obra será recebida:

19.7.1. Provisoriamente, na sua conclusão, devendo a contratada disso dar conhecimento a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação da Prefeitura, que se encarregará de lavrar termo de recebimento provisório;

19.7.2. Definitivamente, depois de decorridos 120 (cento e vinte) dias do recebimento provisório. Neste prazo considerado como de observação, correrá por conta exclusiva da contratada todos os reparos necessários, oriundos da contratação;



19.8. Será de exclusiva responsabilidade da contratada, as providências e pagamentos relativos a custos extras não previstos no Edital;

19.9. Não haverá pagamento de materiais depositados em canteiro de obras;

19.10. A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, sem que desses atos gerem direitos a indenizações ou compensações às empresas concorrentes;

19.11. Nos eventuais atos de impugnações ou de recursos, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:

19.11.1. Somente serão válidos, tanto para impugnação quanto para recursos, os documentos originais;

19.11.2. Quando encaminhado via e-mail, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto a Prefeitura do Município de Jales;

19.11.3. Não sendo protocolizado na forma definida, a Comissão não apreciará o teor dos citados documentos;

19.12. As intimações, comunicados e outros avisos, relativos a presente licitação serão formalizados através de publicação na Imprensa Oficial do Estado, salvo nos casos previstos em Lei, se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderão ser feitos por comunicação direta aos interessados através da ata respectiva;

19.13. Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser solicitadas pelo interessado na Divisão de Licitações, Compras e Materiais desta Municipalidade, diretamente ou através do telefone 17 – 3622 3000, ramais 3005 ou 3016, quando o assunto se relacionar com os termos do presente Edital, ou na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, quando a dúvida se relacionar com o objeto licitado;

19.14. O foro para dirimir eventuais conflitos de interesse que possam surgir, após a assinatura do contrato firmado com o adjudicatário, será o da comarca de Jales - SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que se apresentar;

19.15. Fazem parte integrante e indissolúvel deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

ANEXO I: Minuta de contrato, Termo de Ciência e Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal;

ANEXO II: Modelo de carta de credenciamento;

ANEXO III: Planilha orçamentária;

ANEXO IV: Cronograma físico-financeiro (desembolso);

ANEXO V: Memorial descritivo;

ANEXO VI: Memória de Cálculo;

ANEXO VII: Projetos

Jales - SP, 12 de julho de 2019.

FLÁVIO PRANDI FRANCO
Prefeito Municipal



ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº. 54/2019

TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2019

CONTRATO Nº. /2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DOS BEIRAIS E TROCA DE CUMEEIRAS NA SEDE DO CREAS, LOCALIZADO À AVENIDA GUILHERME SONCINI N º 1361 – JARDIM TANGARÁ.

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Rua Cinco, nº 2266 – Centro em Jales, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ (MF) nº. 45.131.885/0001-04, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal o senhor **FLÁVIO PRANDI FRANCO**, portador do RG nº. 14.176.377-2 SSP/SP e do CPF (MF) nº. 174.056.688-28, brasileiro, casado, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ nº. _____ e no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal nº. _____, representada neste ato pelo Sr (a) _____, portador do RG nº. _____ e do CPF/MF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, formalizam entre si o presente ajuste, que visa à execução do objeto abaixo descrito, já homologado e adjudicado pelo senhor Prefeito Municipal, e na conformidade das cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto no regime de empreitada global, por força do presente instrumento à CONTRATANTE, a execução de Obras de recuperação da cobertura dos beirais e troca de cumeeiras na sede do CREAS, localizado à Avenida Guilherme Soncini n º 1361 – Jardim Tangará.

1.2. Integram igualmente o presente contrato, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o edital da licitação do Processo nº 54/2019 - Tomada de Preço nº 04/2019, seus anexos e a proposta vencedora da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA QUALIDADE E PERFEIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A CONTRATADA será a única responsável pela qualidade e perfeição técnica dos serviços e das obras a serem executadas, devendo refazer, às suas expensas, os serviços que se apresentarem mal executados tecnicamente, ou que não tenham obedecido às boas técnicas de execução.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA DOS APARELHOS

3.1. Fica reservado o direito à CONTRATANTE de, quando necessário, vistoriar os aparelhos da CONTRATADA, a fim de aferir a capacidade de produção e o estado de conservação que se encontram.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Fica à Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Habitação do Município de Jales, através de seu Secretário o senhor **MANOEL ANDREO DE ARO** portador do RG nº. 27.940.927-8 e do CPF (MF) nº. 260.257.128-83 - CREA nº. 5061282134 - SP, Engenheiro Civil, ou preposto por ele substabelecido, responsável pela fiscalização e conclusão do presente contrato.



5. CLÁUSULA QUINTA - DO LIVRO DE OCORRÊNCIAS

5.1. A CONTRATADA obriga-se em manter no local dos serviços, desde o seu início, um livro de ocorrências que ficará disponível à CONTRATANTE, sendo que o mesmo não poderá conter rasuras. O referido livro destina-se a dirimir dúvidas que porventura venham a ocorrer ao longo da obra, sendo que a guarda do mesmo ficará sob inteira responsabilidade da CONTRATADA. Deverá o livro ser franqueado ao Engenheiro Fiscal, sempre que este solicitar.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA SUJEIÇÃO AOS REGULAMENTOS

6.1. A CONTRATADA deverá sujeitar-se a todos os regulamentos de higiene e segurança, a fim de garantir a salubridade e a ordem nos acampamentos e canteiros de serviços não se desobrigando, no entanto, de cumprir exigências legais que possam ser feitas neste sentido, por órgãos de administração pública.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA SAÍDA DO FUNCIONÁRIO DA OBRA

7.1. Todo funcionário da CONTRATADA que não corresponder à disciplina ou parte técnica, deverá ser retirado da obra no prazo de 24 (vinte e quatro) horas se solicitado pela CONTRATANTE, por carta ou através de anotação no livro ocorrências.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Assegurar livre acesso por parte da fiscalização a todas as partes dos serviços;

8.1.2. Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização baseadas nas especificações, regras de boa técnica e normas em vigor;

8.1.3. Ser a única responsável pela segurança de trabalho de seus operários, técnico e de terceiros e de possíveis prejuízos que venha a ocasionar, ao município ou a terceiros;

8.1.4. A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.4.1. A ausência desses documentos, atualizados, implicará na suspensão dos pagamentos **do contrato a ser firmado em razão desta licitação** que a CONTRATADA tenha direito originados da execução da própria obra, até que seja restaurada a situação de normalidade existente na data de encerramento do certame, fato que, ocorrendo não gerará quaisquer direitos adicionais ao futuro contratado.

8.1.5. Cumprir com as obrigações trabalhistas, não atrasando com os impostos que lhe couberem.

8.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da Contratante em seu acompanhamento.

8.1.7. A Contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os médicos que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a Contratada.

8.1.8. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos.

9. CLÁUSULA NONA - DO INÍCIO, DO PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

9.1. A execução da obra e dos serviços em questão deverá ser iniciada **em até 15 (quinze) dias úteis**, após a assinatura do contrato e concluída em **90 (NOVENTA) DIAS**, ou nos prazos constantes das ordens de serviços ulteriores, podendo, a exclusivo critério da



Administração Municipal, ser prorrogado, conforme faculta o artigo 57, II e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão recebidos:

10.1.1. Provisoriamente, na sua conclusão, devendo a CONTRATADA disso dar conhecimento à Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, que se encarregará de lavrar o competente termo de recebimento;

10.1.2. Definitivamente, depois de decorridos 120 (cento e vinte) dias do recebimento provisório. Nesse prazo considerado como de observação, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os reparos necessários, oriundos da construção, sem prejuízo do disposto no artigo 618 do Código Civil.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DA MÃO DE OBRA

11.1. Os materiais, equipamentos e mão de obra necessária à execução dos serviços ora contratados serão de responsabilidade da CONTRATADA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

12.1. O valor do presente contrato, fixo e irrevogável, decorrente da proposta vencedora, é de R\$ ____ (_____).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

13.1. Condições de pagamento: O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até 10 (dez) dias pela Secretaria Municipal de Fazenda, após efetuadas as medições pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação, obedecendo ao estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, e apresentação de Nota Fiscal sem erros para empenho junto à Secretaria Municipal de Fazenda;

13.2. A Secretaria Municipal de Fazenda, no ato do pagamento, efetuará o desconto do valor da retenção do ISS (equivalente a 3 (três) por cento do valor da NF), o qual deverá estar destacado na Nota Fiscal;

13.3. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária;

13.4. O pagamento será efetuado com cheque nominativo à empresa vencedora, através da Tesouraria Municipal a qual depositará em conta corrente da CONTRATADA.

13.5. A critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento será a de correção monetária.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS REAJUSTES

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis e somente poderão ser revisados se, excepcionalmente e comprovadamente, ocorrer à quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo a empresa contratada apresentar os demonstrativos e documentos comprobatórios.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

15.1. O atraso injustificado dos prazos de início ou de conclusão da obra, segundo o prazo definido no item 3.1 deste Edital e cronograma financeiro, sujeitará o contratado à multa de mora calculada na proporção de 1% (um por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso, até o período máximo de 30 (trinta) dias corridos e, após esgotado esse prazo, à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;



15.2. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de execução ou prestação de serviço anterior ou futuro, ou ainda da quantia caucionada para garantia da execução contratual;

15.2.1. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, sendo que, em caso contrário, o valor será cobrado judicialmente;

15.3. Tudo o que for executado incorretamente e, portanto, não aceito, deverá ser reexecutado, na especificação correta, em prazo não superior a 07 (sete) dias corridos, correndo à conta da contratada todas as despesas com materiais, mão-de-obra e outras despesas decorrentes;

15.3.1. A não ocorrência de reexecução dos serviços no prazo acima ensejará a aplicação de multa diária definida no item 15 deste termo contratual;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária vigente no orçamento da CONTRATANTE:

UNIDADE	FONTE RECURSO	CÓDIGO APLICAÇÃO	FICHA	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social – Obras e instalações.	01	500.000	313	3.3.90.39.00
Secretaria Municipal de Assistência Social – Obras e instalações.	02	500.101	374	3.3.90.39.00

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito, amigavelmente ou por decisão judicial, nos seguintes casos:

- Se a CONTRATADA não der fiel cumprimento ao presente CONTRATO em todas as suas cláusulas;
- Se a CONTRATADA se dissolver de fato ou de direito;
- Se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, o presente CONTRATO; e também
- A administração preserva seus direitos que constam no artigo 77 da mesma Lei 8666/93 que dão ensejo a rescisão do contrato com as consequências legais previstas por todos os motivos que estão no bojo na mesma Lei.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Aplicar-se-á a Lei nº. 8.666/93, atualizada para os casos porventura omissos neste Termo de Contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Será competente o Foro da Comarca de Jales, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo de Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Jales – SP, ____ de _____ de _____

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADO

.....
TESTEMUNHAS



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

ADVOGADO (S) / Nº OAB: (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Jales – SP, ____ de _____ de _____.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura: _____



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

CNPJ (MF) nº. 45.131.885/0001-04

Rua 05, nº. 2266 – Centro – CEP: 15.700-010 - Jales - SP.

Telefone: 17 – 3622 3000 – www.jales.sp.gov.br

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES
CNPJ (MF) nº. 45.131.885/0001-04
Rua 05, nº. 2266 – Centro – CEP: 15.700-010 - Jales - SP.
Telefone: 17 – 3622 3000 – www.jales.sp.gov.br

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS
Declaração de documentos à disposição do tribunal

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JALES
CNPJ Nº: 45.131.885/0001-04

Contratada:
CNPJ Nº:
Contrato nº.
Data da assinatura:
Vigência:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Obras de recuperação da cobertura dos beirais e troca de cumeeiras na sede do CREAS, localizado à Avenida Guilherme Soncini n º 1361 – Jardim Tangará.

VALOR (R\$):

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Jales – SP, ____ de _____ de 2019.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ao Egrégio
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Regional de Fernandópolis
Fernandópolis - SP



ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO VISITA TECNICA

(EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

À

Prefeitura Municipal de Jales

Ref.: Tomada de Preços nº. 04/2019

A Empresa _____ localizada na _____ CNPJ
(MF) nº. _____, por seu representante legal, abaixo assinado e
identificado, vem pela presente CREDENCIAR o(a) Sr(a)
_____ (nacionalidade, estado civil, profissão) portador da
cédula de identidade RG nº _____, CREA nº.
_____ como seu representante legal para efetuar **visita técnica**
nos termos do Processo nº. 54/2019 – Tomada de Preços nº. 04/2019.

_____, _____ de _____ de 2019.

Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina esta carta credencial).